

SEGURANÇA SOCIAL

Orçamento atenua cortes nas pensões após desemprego

Em causa está um alívio cirúrgico dos cortes de quem se reformar antes dos 62 anos, no regime de desemprego de longa duração. Vai no máximo até 6% do valor da pensão. Mantêm-se no entanto outras penalizações, como a do fator de sustentabilidade (-15,5%).

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

A meio das complexas votações do Orçamento do Estado para 2021, na especialidade, os deputados aprovaram uma proposta do PS que atenua os cortes das pensões por desemprego de longa duração de quem se reformar antes dos 62 anos. Embora o efeito fique aquém da prometida eliminação do fator de sustentabilidade, que irá continuar a tirar 15,5% a estas pensões, poderá representar um alívio de até 6% na redução a aplicar a quem, cumprindo as condições, se reformar entre os 57 e os 62 anos, em 2021.

A alteração surge no final do artigo sobre o rendimento extraordinário dos trabalhadores e parece querer dar um "desconto" pelos meses mais graves da pandemia. O

efeito depende, no entanto, da data do pedido da pensão.

"Durante o ano de 2021, nas situações de acesso a pensão antecipada por desemprego de longa duração, o número de meses em que foi decretado o estado de contingência, ou superior, (...) compreendido entre março de 2020 e o mês da apresentação do requerimento de pensão antecipada, não é contabilizado para efeitos do cálculo do fator de redução" de 0,5% por mês que falta até aos 62 anos, "até ao limite de 12 meses", lê-se no artigo que foi aprovado em comissão, de acordo com o registo oficial do Parlamento e segundo confirmou o Negócios junto do PS e, já esta terça-feira, também do Governo.

Em causa está um dos dois regimes de acesso à pensão antecipada por desemprego de longa duração. Em concreto, o regime destinado a quem, tendo ficado desempregado aos 52 anos ou depois disso (já com 22 anos de descontos) se queira reformar entre os 57 e os 62, depois de esgotado o subsídio,

caso em que se aplica uma redução de 0,5% por cada mês que falte até aos 62 anos.

O que muda?

Com a alteração, esses meses de penalização são reduzidos até um máximo de 12 (anulando um corte de até 6%) e apenas na medida em que coincidirem com os meses de estado de contingência, calamidade ou emergência, até à apresentação do pedido.

"Não se aplica um corte, por via do fator de redução, que pode atingir 6%, caso existam 12 meses de estado de contingência (ou superior) entre março de 2020 e o mês do requerimento da pensão antecipada", confirmou ao Negócios fonte oficial do Ministério da Segurança Social (MTSSS).

A conclusão está em linha com o que tinham adiantado os especialistas ouvidos pelo Negócios, que explicaram que a alteração se aplica a quem se reforme pelo regime de desemprego antes dos 62 anos (e não depois).

Assim "os beneficiários das pensões antecipadas por desemprego de longa duração, poderão, durante o ano de 2021, ver reduzidas as suas penalizações até ao máximo de 6% (12x0,5%)", resumiu Filomena Salgado de Oliveira, da FSO Consultores.

O advogado Luís Miguel Monteiro chegou à mesma conclusão. "Uma pessoa que queira com três anos de antecipação terá um corte de 12% em vez de 18% [caso o calendário coincida]. Se estiver a 12 meses ou menos dos 62 anos não vai sofrer esta penalização", ilustrou o advogado de direito do trabalho.

Os dois especialistas sublinham que esta norma não altera, no entanto, o corte do fator de sustentabilidade, que será de 15,5% em 2021, pelo que, podendo, algumas pessoas poderão ter vantagem em esperar (ver texto à direita). A alteração também não mexe no corte temporário que se aplica em caso de rescisão amigável.

O país tem estado em estado de contingência "ou superior" desde 18 de março, embora com interrupções fora da área de Lisboa entre julho e meados de setembro. Questionado, o Governo (MTSSS) não deu uma resposta absolutamente clara, mas indicou que a intenção é que esses meses do Verão não contem para atenuar o corte. ■

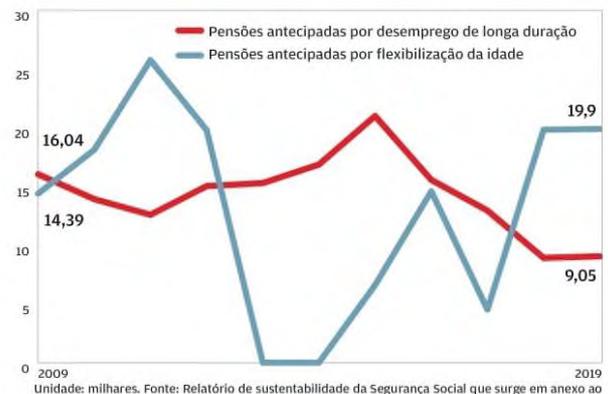


A alteração foi aprovada no âmbito das

MAIS PENSÕES DE DESEMPREGO APÓS A CRISE

Evolução do número de pensões por flexibilização e por desemprego de longa duração, em milhares.

No ano passado houve menos de 10 mil pensões por desemprego de longa duração. Os dados oficiais mostram no entanto que em 2015, na sequência da última crise, chegaram a ser 21 mil pessoas. Os dados não discriminam entre as pensões anteriores ou posteriores aos 62 anos.



Unidade: milhares. Fonte: Relatório de sustentabilidade da Segurança Social que surge em anexo ao relatório do Orçamento do Estado para 2021.

“

Os beneficiários poderão (...) ver reduzidas as penalizações até ao máximo de 6%.

FILOMENA OLIVEIRA
Especialista em Segurança Social da FSO Consultores

“

Se a pessoa estiver a 12 meses ou menos dos 62 anos não vai sofrer esta penalização.

LUÍS MIGUEL MONTEIRO
Coordenador do departamento de laboral da Morais Leitão



Eliminação da redução de 15,5% ficou pelo caminho

Apesar das expectativas criadas no sentido da eliminação do fator de sustentabilidade também para os desempregados, a proposta foi chumbada.

No início deste ano a questão até parecia bem encaminhada. No Parlamento, o secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, afirmava que estava a "avaliar" a "forma" de retirar o corte do fator de sustentabilidade (15,5% em 2021) às pensões por desempregado de longa duração.

"Somos sensíveis a essa reivindicação e estamos a ponderar e a avaliar a forma de concretizar essa alteração, indo no mesmo sentido das profissões de desgaste rápido", disse Gabriel Bastos. Uma ideia que seria reforçada um mês depois numa entrevista ao jornal digital Eco, na qual o governante assumiu que depois das "consultas e concertação necessárias", a ideia era concretizar a alteração "ainda este ano". Gabriel Bastos considerou que a alteração tornaria o sistema "mais justo, mais equilibrado, sobretudo desde que houve uma evolução em 2018 com a aprovação de legislação sobre a questão da flexibilização da idade da reforma", que retirou o corte para as carreiras muito longas e para profissões de desgaste rápido.

Apesar da expectativa criada quanto ao fim do fator de sustentabilidade para as pensões antecipadas por desemprego, em novembro o PS haveria de ajudar a chumbar a proposta do PCP que ia nesse sentido. Questionado, o Ministério da Segurança Social (MTSSS) responde que a intenção se mantém mas que "o foco está neste momento colocado em dar resposta à situação de pandemia".

Atenção aos outros cortes
A proposta do PS agora apro-

vada na especialidade poderá aliviar os cortes, até um máximo de um ano ou 6%, no caso de quem se reforma até aos 62 anos de idade, mas os especialistas ouvidos pelo Negócios explicam que tal não anula todas as penalizações.

"Alertamos, no entanto, que se continuarão a aplicar, por um lado, a penalização de 15,5% do fator de sustentabilidade e, por outro, a penalização adicional temporária aplicável (...) caso o desemprego decorra de revogação do contrato de trabalho por acordo", diz Filomena Salgado de Oliveira, da FSO Consultores.

Ainda por cima porque "o fator de sustentabilidade é 'cego', tendo um montante fixo, sem qualquer ponderação pelo número de meses de antecipação", podendo ser de 15,5% apenas pela antecipação de um ou dois meses.

Assim, "caso o beneficiário tenha capacidade financeira para prescindir da pensão durante estes meses até à idade pessoal de reforma, seria preferível esperar por essa idade e pedir a reforma nos termos gerais (fora do regime de desemprego)", conclui a especialista. ■ **CAP**

155€

PENALIZAÇÃO
É o corte vitalício que se aplica pela aplicação do fator de sustentabilidade a uma pensão de mil euros.



votações na especialidade da lei do Orçamento do Estado para 2021 e pretende mitigar os cortes na pandemia.

COMO FUNCIONAM AS PENSÕES ANTECIPADAS POR DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Veja como funcionam os regimes, que se dirigem-se a pessoas que pediram o subsídio após janeiro de 2007.

Na data em que ficou desempregado	Na data em que começou a receber a pensão	Cortes do valor da pensão
52 anos ou mais e pelo menos 22 anos de descontos para a Segurança Social	57 anos ou mais. Continua em desemprego involuntário após esgotado o subsídio de desemprego ou o subsídio social inicial.	Corte do fator de sustentabilidade (15,5% em 2021). Corte de 0,5% por cada mês de antecipação face aos 62 anos (é este que é atenuado).*
57 anos ou mais	62 anos ou mais e pelo menos 15 anos de descontos. Continua em desemprego involuntário após esgotado o subsídio de desemprego ou o subsídio social inicial.	Corte do fator de sustentabilidade (15,5% em 2021). Corte de 0,5% por cada mês de antecipação face aos 62 anos (que é atenuado com a lei do OE). *

Nota: * No caso de rescisão por acordo é acrescida uma redução temporária resultante da fórmula 1 - (n x 0,25%) em que «n» corresponde ao número de meses de antecipação entre os 62 anos e a idade normal de acesso à pensão de velhice em vigor. Este corte é anulado na idade normal/pessoal de acesso à pensão.

negócios

Quarta-feira, 16 de dezembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4392 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Pensões após desemprego vão ter cortes atenuados

Em causa está um alívio de 6% para os desempregados de longa duração que pretendam reformar-se antes dos 62 anos. Outras penalizações, como o fator de sustentabilidade, mantêm-se em vigor.

ECONOMIA 8 e 9

Com mais casos, Portugal tem medidas mais brandas

Alemanha, Holanda e França estão a aumentar as restrições para o Natal apesar de a incidência da pandemia ser menor.

PRIMEIRA LINHA 4 a 6



Marilene Alves

BCE limita dividendos da banca a 15% dos lucros

ÚLTIMA

Justiça anula coimas de cinco milhões à KPMG e auditores

Tribunal decidiu reverter as contraordenações aplicadas pelo Banco de Portugal no caso BES. Regulador pondera recurso.

EMPRESAS 14 e 15

Aviação

“TAP não vai ser low-cost em termos laborais”

Garantia foi ontem dada no Parlamento pelo ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos.

HOME PAGE 2



Tecnologia

Empresas nacionais estão quatro anos atrasadas

EMPRESAS 18

World Economic Forum

Economias mais digitais responderam melhor à crise

ECONOMIA 11

Preço da luz afinal vai baixar 0,6%

EMPRESAS 16